

AURÉLIO VÍTOR E A ÁFRICA ROMANA: UMA MANIFESTAÇÃO DE “AMOR PATRIAE” NA HISTORIOGRAFIA TARDO-ANTIGA.

AURELIUS VICTOR AND ROMAN AFRICA: AN EXAMPLE OF “AMOR PATRIAE” IN LATE ANTIQUE HISTORIOGRAPHY.

Moisés Antiqueira

Mestre e Doutorando em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), sob a orientação da Profa. Dra. Maria Luiza Corassin.
mantipira@yahoo.com.br

RESUMO: Em suas *Historiae abbreviatae*, dedicadas à história do Império romano de Augusto a Constâncio II, Aurélio Vítor inseriu referências à cidade de Cartago e ao púnico Aníbal. Dada as prováveis origens do historiador, analisaremos em que medida as menções a Cartago e a Aníbal configurariam indícios de um discurso específico no qual se manifestaria a afeição do autor em relação à sua *patria* local, material e simbolicamente articulada ao Império como um todo.

PALAVRAS-CHAVE: Aurélio Vítor; África romana; Historiografia tardo-antiga.

ABSTRACT: In his *Historiae abbreviatae*, which encompasses the history of the Roman Empire from Augustus to Constantius II, Aurelius Victor wrote some lines about the city of Carthage and the punic hero Hannibal. Considering Victor's most probable origins, the present paper tries to analyze how those references made both to Carthage and Hannibal would express some kind of signs relative to a specific discourse, that is, one concerning Victor's affection to his local *patria*, a place materially and symbolically articulated to the Empire as a whole.

KEYWORDS: Aurelius Victor; Roman Africa; Late Antique historiography.

No ocaso do reinado de Constâncio II (337-361), em meio às animosidades e às tensões que caracterizavam as relações entre o referido imperador e seu primo, Juliano (361-363), após a aclamação deste, como *Augusto*, por parte das tropas galo-romanas em fevereiro ou março de 360, um funcionário imperial que então residia na província da Panônia Segunda finalizava uma narrativa abreviada a respeito da história do Império romano, da batalha de Ácio até o tempo em que vivia. Tal obra, que nos foi legada por dois manuscritos baixo-medievais sob o título de

Historiae abbreviatae – e mais conhecida a partir do equivocado nome de *De Caesaribus* – havia sido redigida por Aurélio Vítor, indivíduo que talvez ocupasse, nos inícios da década de 360, o ofício de “numerário”, à frente de um dos vários *scrinia* (ou “departamentos”) que integravam o aparato fiscal referente à prefeitura do pretório da Ilíria, cuja estrutura administrativa se concentrava na importante localidade de Sírmio (BIRD, 1984, p. 10).

Situada às margens do rio Sava, um dos principais afluentes do Danúbio ao norte da Península Balcânica, Sírmio desfrutava de estratégica relevância, a meio caminho entre Roma e Constantinopla. Aurélio Vítor, porém, não havia nascido na região do Ilírico. Em verdade, o texto supérstite das *Historiae abbreviatae* traz poucas informações acerca da vida de seu autor. Nos meandros de uma reflexão que Aurélio Vítor estabeleceu no que tangia ao prestígio das artes liberais, pode-se ler o seguinte:

Todos os homens bons devem ter grande confiança [...], inclusive eu mesmo, que, nascido no campo de um pai pobre e inculto (*tenui atque indocto patre*), alcancei até este momento uma vida bastante honrosa graças a tão nobres estudos (Aur. Vict., *Hist. abbrev.* 20.5).

Em que pese a importância da descrição que Aurélio Vítor teceu acerca de si mesmo, ilustrando uma das possíveis vias de ascensão social que um *humillior* poderia trilhar na sociedade imperial nos meados do século IV d.C., a passagem acima coisa alguma aponta sobre o local de origem do historiador. A tradição manuscrita relativa à obra de Aurélio Vítor, no entanto, oferece uma solução ao problema por ora apontado. O *corpus* tripartite em meio ao qual as *Historiae abbreviatae* foram transmitidas, da Antiguidade Tardia para a Era Moderna, sinaliza que Aurélio Vítor teria nascido em algum lugar circunscrito às províncias romanas do norte da África: o historiador foi definido como “*Afer*”, “africano”, no próêmio que o desconhecido compilador do *corpus* havia redigido para o conjunto de três distintos textos, incluindo as *Historiae abbreviatae*, que foram interligados como se constituíssem uma mesma e única narrativa⁽¹⁾.

Desta feita, a indicação sobre a “*afer origo*” de Aurélio Vítor nos conduz à investigação da presença, ou não, de elementos nas *Historiae abbreviatae* que possam evidenciar um acento, um verniz “filoafricano”. À guisa de ilustração, G. Zecchini (1993, p. 213) assevera que a narrativa elaborada por Aurélio Vítor

carregava em seu bojo os resquícios de uma tradição histórica dotada de cores locais, pertinente à África romana. Neste sentido, almejamos assinalar de que maneira e em que sentido as *Historiae abbreviatae* conteriam indícios de uma vinculação de seu autor, Aurélio Vítor, a fatores que remeteriam propriamente a suas origens afro-romanas, a partir das menções efetuadas a dois elementos específicos, quais sejam, a cidade de Cartago e Aníbal, o célebre comandante cartaginês dos tempos da Segunda Guerra Púnica.

No que se refere ao primeiro quesito, Aurélio Vítor sublinharia que, durante o reinado de Marco Aurélio (161-180), muitas cidades foram restauradas e embelezadas, em especial “a púnica Cartago” (*in primis Poenorum Carthago*), que havia sido devastada por um incêndio (Aur. Vict., *Hist. abbrev.* 16.12)⁽²⁾. Na sequência do texto, ao relatar a usurpação de Domício Alexandre, vicário da África que havia se insurgido contra Maxêncio (306-312) entre os anos de 308 e 309, o historiador destacaria que tal revolta eclodiu “*apud Poenos*”, isto é, “entre os púnicos” (Aur. Vict., *Hist. abbrev.* 40.17). Cabe recordar, pois, que a cidade de Cartago correspondia ao centro das operações levadas a cabo por Domício Alexandre. Poder-se-ia sugerir, logo, que Aurélio Vítor pretendeu sinalizar aos seus potenciais leitores o caráter distintivo de Cartago no seio do Império romano, quer dizer, a sua herança púnica.

Neste ensejo, vale enfatizar a maneira pela qual Aurélio Vítor voltaria a se referir a Cartago, ainda por ocasião do governo de Maxêncio, a quem o historiador retratou como um

[...] homem selvagem e inumano e ainda mais abominável por causa de sua grande devassidão, que ordenou devastar, pilhar e incendiar Cartago, a glória do mundo (*terrarum decus*), assim como as mais belas terras da África (Aur. Vict., *Hist. abbrev.* 40.19).

Aventamos que o emprego do epíteto de “*terrarum decus*”, antes do mais, comportava uma dimensão emotiva, por parte de Aurélio Vítor, diante de sua *patria* local, Cartago, ou, de maneira mais ampla, a África romana. P. Le Roux (2003, p. 150) esclarece que a noção de *patria*, embora polissêmica, se situava mais propriamente no campo da afetividade e dos sentimentos. A “pátria” equivaleria à comunidade de origem de um indivíduo, à terra que o havia engendrado, herdada do trabalho e da sagacidade de seus ancestrais; desta feita, não se confundiria com a

res publica ou a *ciuitas* (pensadas enquanto conjunto de instituições e práticas as quais convinha defender e administrar em benefício de todos) e tampouco com os *ciues*, ou seja, com a coletividade circunscrita a um dado lugar e que, malgrado a sua diversidade, manter-se-ia unida em torno de um objetivo comum.

Logo, continua P. Le Roux (2003, p. 150-151), o termo “pátria” evocava a terra natal, o lugar onde um indivíduo havia nascido ou crescido e, pois, vinculava-se a questões envolvendo a ancestralidade e às ligações de um grupo familiar com determinado local. Assim sendo, em um sentido concreto, a “pátria” designaria a comunidade para a qual um indivíduo fazia remontar as suas origens, e a definição daquela variaria em decorrência da natureza dos laços e do nível de identificação que poderia ser estabelecido entre um homem e a sua terra natal.

Por outro lado, M. Bonjour (1975, p. 3) ensina que a lealdade à “*patria communis*” – à entidade política, a uma abstração que, em última instância, se consumava no Império multicultural que, após 212, compreendia homens livres aos quais foram concedidos os direitos de cidadania romana – não excluiu o florescimento de sentimentos “particularistas” em relação às áreas municipais e provinciais, ou seja, às “*patriae naturae*”, locais. Em outras palavras, o sentimento despertado em relação à “pátria” local se enquadrava em uma ordem distinta daquela que concernia à “pátria” cívica ou política. Ora, ainda ao final do período republicano, Cícero reconhecia que Arpino equivaleria à sua verdadeira “pátria” (*mea germana patria*), o lugar em que subsistiam muitas lembranças de seus antepassados, e onde se desenrolavam as cerimônias religiosas da *gens* a qual pertencia (Cic., *Leg. 2.3*). Não obstante, Cícero igualmente proclamou que todos os cidadãos romanos possuíam duas “pátrias”, “*unam naturae, alteram ciuitatis*”: Arpino, sua “pátria” conforme a natureza, diante da qual Cícero se voltava com toda afeição, era abarcada por uma instância superior, isto é, a sua “pátria” de acordo com as leis (a *res publica* romana), para a qual o orador declarava colocar-se a serviço (Cic., *Leg. 2.5*)⁽³⁾.

Desta forma, soava compreensível que Aurélio Vítor externasse sua afeição perante a região em que se encontrariam as suas raízes, postura esta que não se chocava com sua inserção em uma unidade estatal supra-regional e com a aquisição do *ius ciuile*. Neste sentido, a partir da *Constitutio Antoniniana* de 212, promulgada por Caracala (211-217), o pertencimento político e jurídico ao Império romano, enquanto Estado unitário, e a identificação com a “pátria” local, o lugar de

nascimento do indivíduo, passaram a se justapor e se misturar de maneira mais profunda sem que, no entanto, ambos os fatores se contradissem.

Em suma, o “amor pela pátria local”, *amor patriae*, remetia à construção de fatores identitários. A expansão romana no Mediterrâneo ocidental, ao fomentar um determinado nível de unidade política e cultural – expresso pelas leis, pela literatura latina, pela utilização e disposição do espaço urbano e etc. – não resultaria em um processo de homogeneização, mas sim compreendia diferentes respostas a nível local, as quais, por seu turno, serviam para conectar os indivíduos a um sistema imperial em constante formatação (HINGLEY, 2005, p. 46-47). Julgamos, assim, que o elogio dirigido a Cartago, no interior das *Historiae abbreuiatae*, exprime uma das facetas do processo de interação cultural do qual a referida cidade, sob a ordem hegemônica romana, poderia ser pensada como símbolo.

Partindo destes pressupostos, consideramos que Aurélio Vítor buscou enfatizar o peso da Cartago “romana e imperial” – posição que não o impelia, todavia, a negligenciar a matriz “púnica” da cidade⁽⁴⁾. Faz-se oportuno recordar que a relevância crescente que Cartago alcançaria, sobretudo a partir de meados do século II d.C. (uma vez que correspondia ao principal porto de embarque dos grãos do norte da África para o abastecimento de Roma), despertou a atenção de diferentes imperadores. Durante os reinados de Antonino Pio (138-161) e seu sucessor, Marco Aurélio, foram levadas a cabo obras que ampliaram o perímetro central da cidade, aos pés da colina de Birsa. Sob a dinastia severiana (193-235), parte dos impostos recolhidos na província da África Proconsular foi revertida para a construção de um novo aqueduto para a cidade. No início do século IV d.C., Cartago ainda seria objeto da munificência imperial, a começar por Constantino (306-337), que fomentou uma série de reconstruções na cidade após os saques empreendidos por ordem de Maxêncio, para os quais, como vimos anteriormente, Aurélio Vítor mostrou-se atento (Aur. Vict., *Hist. abbreu.* 40.19)⁽⁵⁾.

Posto assim, R. Miles (2003, p. 144) defende a ideia de que Cartago se posicionava em um plano bastante singular ao nível das mentalidades das elites letradas no Ocidente latino. Durante o período imperial, a Cartago romana exercia uma função importante quanto cotejada com cidade de Roma, e que não se restringia à sua condição de centro provincial e região portuária da África Proconsular. A existência de Cartago testemunharia, concretamente, a *concordia* assegurada pelo regime dos Césares. Os generosos recursos destinados à

localidade africana, por parte de sucessivos imperadores, se adequavam a um processo mediante o qual esta *concordia* específica entre Roma e Cartago seria amiúde reiterada. Portanto, a Cartago de Aurélio Vítor não se situaria em disputa com a cidade de Roma e, na condição de “glória do mundo”, acabava por engrandecer o Império e, por conseguinte, dignificar a própria *Urbs Romae*. A construção da identidade romana, logo, coexistiria com valores locais, de “africanidade”, desenrolando-se nos meandros de uma “relação entre os padrões culturais romanos e a diversidade cultural provincial em uma dinâmica de negociação bidirecional” (MENDES; BUSTAMENTE; DAVIDSON, 2005, p. 41).

Esta percepção se coaduna à postura demonstrada por Aurélio Vítor em face do passado romano, em meio a qual depreendemos a presença daquilo que H. Inglebert (1996, p. 553) designa como “concepção latinocêntrica da história de Roma”, mais afeita às províncias ocidentais do Império. Sendo assim, a narrativa das *Historiae abbreviatae* sublinhava a importância dos *mores* e das *uirtutes* como traços distintivos da “romanidade” (os quais, por sua vez, remetiam à cidade de Roma, tida por excepcional desde as suas origens), aliados aos elementos políticos e sociais forjados durante a era imperial, e que assumiram uma dimensão mais concreta a partir de 212. Deparamos-nos, logo, com um discurso simbiótico, em que se reconhecia a *maiestas* de Roma, da cidade que conquistara o mundo, e se aceitava o Império romano, enquanto unidade política que, gradativamente, propiciou mecanismos para a integração e para a participação de seus habitantes na administração do próprio Estado – tal como era o caso, ressalte-se, exemplificado por Aurélio Vítor, homem instruído na língua e na cultura literária latinas.

O historiador adviria de uma área que se caracterizava, no século IV da era cristã, pelo fato de concentrar um bom número de cidades nas quais se inseriam ainda grupos sociais cuja prosperidade econômica permitiu a manutenção de certo nível de letramento. Mesmo em uma pequena localidade como Iômnio, no litoral da Mauritânia Cesariense, era possível se deparar com um “*magister liberalium litterarum*”⁽⁶⁾ durante a época de Constantino (HARRIS, 1991, p. 309). Pode-se concluir, pois, que Aurélio Vítor formou-se em um *milieu* no qual os patamares básicos de educação letrada não conheceram grandes rupturas em comparação com o que se lecionava ao tempo do Alto Império.

O ensino da gramática e da retórica latinas, por seu turno, era oferecido somente em centros urbanos maiores, como Madauro e, sobremaneira, Cartago. A.

H. M. Jones (1964, p. 987) afirma que, no âmbito das províncias ocidentais, os *grammatici* ensinavam o grego no século IV d.C., a ponto de os alunos conseguirem declamar os versos homéricos. Entretanto, no mais elevado patamar de ensino, o da retórica, o idioma grego não era praticado e a grande maioria dos indivíduos que adquiriam uma formação com os *rhetores* dominavam, se muito, os rudimentos da língua de Demóstenes.

Desta forma, a educação retórica ofertada nas regiões ocidentais se baseava no estudo dos textos de escritores do período republicano, em especial Terêncio, Salústio e Cícero, bem como da era de Augusto, como Virgílio. O ensino se pautava na pronúncia e na escrita do latim clássico, na apreciação da forma e do conteúdo das obras reputadas como canônicas e, finalmente, no domínio das regras retóricas que propiciariam a habilidade de compor e proferir elegantes discursos. Ora, se tratava de um sistema conservador, que inculcava nas mentes a ótica de que os autores clássicos consistiam em exemplos a serem admirados e, sobremaneira, imitados. Portanto, a educação retórica estimulava a permanência de formas de pensar e de modelos extraídos do passado, concebidos como ideais (INGLEBERT, 1996, p. 565).

Entretanto, se o preclaro passado de Roma forneceria as lições a serem observadas no presente, como explicar o fato de o cartaginês Aníbal figurar como objeto de elogiosa referência no texto das *Historiae abbreviatae*? Assim, vejamos. Ao louvar as ações enérgicas adotadas pelo imperador Probo (276-282), Aurélio Vítor valorou-o como um “outro Aníbal” (*Hannibalem alterum*) (Aur. Vict., *Hist. abbrev.* 37.2). Na passagem subsequente, o historiador ressaltaria que Probo teria emulado um artifício outrora empregado pelo general púnico, qual seja, a utilização das tropas para o cultivo dos campos, como forma de dirimir os efeitos nocivos que o ócio da soldadesca poderia causar para o Estado (Aur. Vict., *Hist. abbrev.* 37.3).

Nestes termos, o engrandecimento (indiretamente) dirigido a Aníbal, um dos mais notáveis e ferrenhos adversários de Roma, se chocaria com a lealdade que o historiador haveria de transmitir diante da “pátria comum”? Cabe, em primeiro lugar, salientar a possibilidade de que Aurélio Vítor se agarrasse a uma espécie de representação canônica a respeito dos predicados militares de Aníbal, de modo que se aplainassem as diferenças existentes entre circunstâncias históricas distintas (SALLER, 1991, p. 161), do que grandes personalidades como Aníbal e Probo emergiriam como que julgadas em termos mais ou menos atemporais. Neste caso,

Aurélio Vítor teria rememorado um *exemplum* de comandante que, embora não concernisse a um varão romano, desfrutaria de tamanho renome em razão de suas virtudes marciais, a ponto de servir como fundamento para o ato de enaltecimento de um imperador romano em específico, qual seja, Probo.

Contudo, as referências a Aníbal nas *Historiae abbreviatae* não parecem se limitar ao uso de um *exemplum*. Retomando a noção advogada por H. Inglebert (1996, p. 546), a perspectiva “latinocêntrica” a partir da qual os provinciais no Ocidente efetuaram uma (re)leitura da história de Roma, em especial a partir do século II d.C., englobava a admiração pelas virtudes romanas que remontariam ao período republicano mas, ao mesmo tempo, condenava a rudeza da conquista territorial empreendida por Roma, como derivada da corrupção dos *mores maiorum* durante a era tardo-republicana. Quer dizer, a aceitação das estruturas imperiais, por parte das elites provinciais no Ocidente, não redundava em uma atitude depreciativa em face de seus ancestrais, na medida em que aqueles haviam sido derrotados em uma época degenerada, quando os romanos teriam circunstancialmente ignorado os ditames da *uirtus*, da *fides* e da *pietas* a partir dos quais teriam norteado sua conduta desde tempos imemoriais.

Com efeito, a pretensão ecumênica do Império romano e a participação ampliada das camadas provinciais na administração dos negócios públicos findaram por promover alterações significativas em meio à consciência histórica. Nota-se, no decorrer da era imperial, uma tendência de incorporação da memória dos povos que, no passado, representavam o inimigo conquistado por Roma. Assim, como postula A. Demandt (1982, p. 261-262), se o “Aníbal” contido nos *Ab urbe condita libri* de Tito Lívio apresentava alguns traços repulsivos, ao longo do período imperial tornou-se plausível que um monarca como Septímio Severo viesse a ordenar a reedificação e a ornamentação do eventual local em que o corpo de Aníbal foi inumado (em Libyssa, na Anatólia) ou até mesmo a existência de um sobrinho de Constantino que portava o nome de “Flávio Anibaliano”.

Por conseguinte, ainda que tivesse sido um rival dos romanos, foi concedido a Aníbal um papel importante nos meandros da construção da memória acerca do passado republicano de Roma. Neste sentido, Aníbal constituiria uma figura preñe de significados para as camadas letradas que compunham a sociedade tardo-imperial. A elite culta no Ocidente do Império estava ciente de que o “sentir-se romano” envolvia o fato de se conhecer o passado da *Urbs Romae*, que consistia

em um forte referencial (MILES, 2003, p. 129). O ato de se familiarizar com a história de Roma, por seu turno, contemplava o renomado líder púnico, uma vez que as guerras entre romanos e cartagineses nos séculos III e II a.C. equivaliam a processos históricos cruciais nos meandros da expansão político-militar romana no decorrer da era republicana.

Não obstante, uma personagem como Aníbal disporia ainda de uma ressonância toda particular, relativa à singularidade, consumada ao longo do tempo, de um único lugar: Cartago ou, se se quiser, a “África púnica”. O pertencimento de Aurélio Vítor ao alargado corpo cívico romano no século IV d.C. não implicava a exclusão dos signos peculiares, mesmo étnicos, concernentes à sua comunidade de origem; o elogio oblíquo direcionado a Aníbal, no âmbito das *Historiae abbreviatae*, testemunha uma forma de aproximação entre o passado, “púnico”, e o presente, marcado pelas estruturas imperiais romanas.

Em vista disto, ajuizamos que as referências efetuadas por Aurélio Vítor em relação à cidade de Cartago e a Aníbal podem ser interpretadas como fruto de um apego do historiador diante de sua “pátria local”. Tal postura sinaliza que a manutenção simbólica de vínculos com a terra de origem se articulava ao sentimento de pertença a uma comunidade original, dotada de uma miríade de experiências que se acumulavam com o passar dos séculos (LE ROUX, 2003, p. 157). Desta feita, não se tratava de uma evidência acerca de uma eventual desafeição perante o Império romano. Pelo contrário, Aurélio Vítor incluiu Cartago e Aníbal em sua história imperial na medida em que tais elementos pertinentes à sua “pátria local” também contribuía para a glória de Roma, da “pátria comum” a qual ele próprio estava incluído, na condição de cidadão romano, e a qual ele servia, a partir da prefeitura do pretório da Ilíria nos inícios dos anos de 360.

Referências Bibliográficas

Fontes Utilizadas

APULÉE. *Apologie*. Texte établi et traduit par Paul Vallette. Paris: Les Belles Lettres, 1971. (Collection des Universités de France).

AURELIUS VICTOR. *Liber de Caesaribus, praecedunt Origo gentis Romanae et Liber de viris illustribus vrbis Romae, subsequitur Epitome de Caesaribus*. Ed. Fr. Pichlmayr et R. Grvndel. Lipsiae: Tevbneri, 1966. (Bibliotheca scriptorum Graecorum et Romanorum Tevbneriana).

_____. *Livre des Césars*. Texte établi et traduit par Pierre Dufraigne. Paris: Les Belles Lettres, 1975. (Collection des Universités de France).

CICERO. *De re publica. De legibus*. With an English translation by C. W. Keyes. Cambridge, MA: Harvard University Press; London: Heinemann, 1988. (Loeb Classical Library).

Livros e artigos

BIRD, Harold W. *Sextus Aurelius Victor: a historiographical study*. Liverpool: Francis Cairns, 1984.

BONJOUR, Madeleine. *Terre natale: études sur une composante affective du patriotisme romain*. Paris: Les Belles Lettres, 1975.

DEMANDT, Alexander. Geschichte in der spätantiken Gesellschaft. *Gymnasium*, Heidelberg, v. 89, p. 255-272, 1982.

DEN BOER, Willem. *Some minor Roman historians*. Leiden: Brill, 1972.

EDWARDS, Catherine; WOOLF, Greg. Cosmopolis: Rome as world city. In: _____ (eds.). *Rome the cosmopolis*. Cambridge: University Press, 2003. p. 1-20.

HARRIS, William Vernon. *Ancient literacy*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1991.

HINGLEY, Richard. Changing concepts of Roman identity and social change. In: _____. *Globalizing Roman culture*. Unity, diversity and empire. London; New York: Routledge, 2005. p. 14-48.

INGLEBERT, Hervé. "L'histoire de Rome" dans l'antiquité tardive: un concept équivoque. *Latomus*, Bruxelles, v. 55, n. 3, p. 544-567, 1996.

JONES, Arnold Hugh Martin. *The Later Roman Empire, 284-602: a social, economic and administrative survey*. 2. vol. Oxford: Blackwell, 1964.

KASTER, Robert A. *Guardians of language: the grammarian and society in Late Antiquity*. Berkeley: University of California Press, 1988. p. 443-446.

LE ROUX, Patrick. *L'amor patriae* dans les cites sous l'Empire romain. In: INGLEBERT, Hervé. (éd.). *Idéologies et valeurs civiques dans le monde romain*. Nanterre: Picard, 2002. p. 143-161.

MENDES, Norma Musco; BUSTAMENTE, Regina Maria da Cunha; DAVIDSON, Jorge. A experiência imperialista romana: teorias e práticas. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, p. 17-41, jan. 2005.

MILES, Richard. Rivalling Rome: Carthage. In: EDWARDS, Catherine; WOOLF, Greg. (eds.). *Rome the cosmopolis*. Cambridge: University Press, 2003. p. 123-146.

SALLER, Richard. Progress in early Roman historiography? *Journal of Roman Studies*, London, v. 81, p. 157-163, 1991.

ZECCHINI, G. *Ricerche di storiografia latina tardoantica*. Roma: “L’Erma” di Bretschneider, 1993.

Notas

¹ Cf. o prólogo que acompanha, convencionalmente, a chamada *Origo gentis Romanae*. Ademais, na narrativa das *Historiae abbreuiatae*, o imperador Septímio Severo (193-211), nascido em Lépcis Magna – antigo sítio fenício-púnico conquistado pelos romanos no ano de 146 a.C., localizado na atual Líbia – foi rotulado como “*gentis nostrae*” (cf. Aur. Vict., *Hist. abbreu.* 20.6). W. den Boer (1972, p. 57) e H. W. Bird (1984, p. 7), por exemplo, argumentam que Aurélio Vítor se referia, pois, às raízes geográficas comuns a ele próprio e a Septímio Severo. Não obstante, levando-se em conta a insistência de Aurélio Vítor, ao longo do capítulo 20 das *Historiae abbreuiatae*, no tocante à questão da ascensão social – do que o historiador transformou Septímio Severo em um modelo – ajuizamos que a expressão “*gentis nostrae*” quiçá aludisse às “origens humildes” que Aurélio Vítor buscou projetar acerca de si mesmo e, de modo surpreendente, a respeito também do supramencionado imperador.

² Aurélio Vítor igualmente chamou a atenção para o fato de as colinas de Cartago, assim como as de Roma, Nicomédia e Milão, terem sido adornadas com belos monumentos ao tempo da Primeira Tetrarquia (293-305) (cf. Aur. Vict., *Hist. abbreu.* 39.45). Ora, podemos deduzir, sem maiores dificuldades, que o historiador mencionou a cidade de Roma dada toda a importância política, histórica e não menos simbólica inerente a ela. Quanto a Nicomédia e Milão, tratar-se-iam dos lugares em que os *Augustos* Diocleciano e Maximiano, respectivamente, fixaram residência, em razão de propósitos militares, na medida em que tais cidades se situavam a caminho de áreas fronteiriças que demandavam grande cuidado por parte dos imperadores. Ou seja, Nicomédia e Milão correspondiam a “capitais imperiais” e, pois, desfrutaram da generosidade dos tetrarcas. Cartago, porém, não equivalia a um local de residência de qualquer um dos soberanos ao tempo da Tetrarquia. Ao elencar Cartago ao lado de cidades como Roma, Nicomédia e Milão, Aurélio Vítor tencionou conferir à localidade norte-africana um espaço privilegiado no âmbito do Império.

³ Posteriormente, Apuleio viria a assinalar, no século II d.C., que a sua natureza “metade núpida, metade gétula” resultava do lugar em que havia nascido (*patria mea uero*), inserido nos limites entre a Numídia e a Gétulia (*sitam Numidiae et Gaetuliae in ipso confinio*) (Apol., *Apol.* 24.1).

⁴ Tal assertiva se coaduna à perspectiva advogada por C. Edwards e G. Woolf (2003, p. 16) de que as respostas das elites provinciais no Ocidente, no tocante às localidades das quais eram originárias, foram filtradas a partir de pontos de vista que remontavam ao centro do sistema, isto é, a cidade de Roma e a toda uma tradição literária calcada na língua latina.

⁵ Faz-se oportuno ressaltar que Maxêncio exerceu um domínio efetivo apenas sobre a Península Itálica e a diocese administrativa da África, na qual se encontrava Cartago. Durante o seu governo, a cidade de Roma enfrentou uma grande carestia de alimentos, que se tornou crônica devido à supracitada rebelião de Domício Alexandre. Tal situação exigiu de Maxêncio uma enérgica resposta, a fim de que os territórios no norte da África fossem recolocados sob a sua autoridade – algo que nos ajuda a esclarecer os distúrbios vivenciados, naquela época, por parte dos habitantes de Cartago.

⁶ Por razões literárias e institucionais, havia uma gama de termos utilizados como forma de referência aos “professores” que se situavam abaixo do nível dos “gramáticos” e dos “retores”, tal como se nota em diferentes fontes pertinentes ao período que se estendia do século III para o VI depois de Cristo. A palavra “*magister*”, comumente empregada para designar o “professor” que ensinasse as “primeiras letras”, poderia apresentar diversos complementos: “*magister primus*”, “*magister ludi*”, “*magister puerorum*” e, também, “*magister liberalium litterarum*”. Para tanto, cf. R. A. Kaster (1988, p. 443-444).